



Associação Conquistas da Revolução

Nº 10 | JUNHO 2015

Folha Informativa

INICIATIVAS:

em destaque:

11 junho 2015 - 11h - LISBOA
COMPANHEIRO VASCO
• Romagem •

• **19 junho 2015 - 21h - BARREIRO**
Sessão Pública "Nacionalizações na Revolução de 25 de Abril - 40º Aniversário da Nacionalização da CUF".



03 | *É tempo de mudança mas com rutura*

04 | *De novo uma "Europa Alemã" 70 anos depois da derrota do nazi-fascismo?*

06 | *Próximas Iniciativas*

07 | *Dia Mundial da Criança*

08 | *Direito do Trabalho - um direito dirigido à proteção do trabalhador*

10 | *Assim vai o Mundo...*

11 | *Virgínia Moura - Uma Mulher de Abril*

EDITORIAL

Fortalecer Abril nas próximas eleições

Aí estivemos e estaremos nas comemorações do 41º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, nas autarquias, nas colectividades e outras associações, nas escolas e nas ruas, na aliança Povo-MFA que a *Associação Conquistas da Revolução* consubstancia e afirma.

Dirigentes, associados, amigos e companheiros de luta, militares e civis participaram e continuarão a participar nas sessões, nas intervenções diferenciadas, nas manifestações em que o povo se junta, enlaça e reforça os caminhos de Abril e do futuro.

Não temos a postura de quem passa anos a ignorar as Conquistas de Abril e que, em cada ano de eleições, tenta dar coloração de esquerda aos que usaram os mandatos de eleitos nas instituições e na vida pública para dar cobertura à destruição das conquistas da Revolução.

Contra isso estamos, ano após ano, quatro anos em quatro anos, unidos e consequentes, sem fingimentos, entre quem luta todos os dias, os trabalhadores, a classe operária, os revolucionários que resistem e combatem lado a lado com os que foram e são militares do 25 de Abril.

Não comemoramos o 25 de Novembro fingindo comemorar Abril e não viramos as costas aos desafios e às lutas que aí vêm. Por isso temos condições para poder afirmar bem alto, sem hipocrisias e declarações apenas bombásticas, que as eleições são uma conquista de Abril e que os votos dos homens e mulheres honrados, incómodos e libertadores, dos jovens que aí estão a lutar e a abrir novos caminhos, têm de ser dirigidos para as forças conseqüentes, para os que combatem sempre pela Revolução e pelo direito ao trabalho com direitos, aos salários dignos e às pensões merecidas, às conquistas que são vilipendiadas e destruídas.

Mais. Temos de votar como um acto revolucionário que consideramos e defendemos sem enganar nem cedências aos nossos princípios, e temos de lutar para esclarecer o que está à nossa frente, para o futuro: ou a continuação abjecta da destruição do país, resultado da Troika interna e das políticas de direita, ou o trabalho organizado, popular e interventivo, para transformar o pântano

que este e outros governos anteriores criaram, num novo rumo, de independência e afirmação democrática e patriótica, num corte determinante e decisivo contra o passado que PS, PSD e CDS corporizaram, representam e querem continuar a impor.

Não às mentiras e promessas eleiçoeiras e de ocasião. Civis, militares, trabalhadores, homens e mulheres, jovens de Abril e da intervenção que há para fazer nas empresas, nas ruas e onde for preciso, aí estarão a honrar o que de melhor Abril nos trouxe, influenciando, combatendo e mudando o que houver a mudar.

Porque a esperança e a experiência tudo valem quando queremos transformar o país e ganharmos de novo o gosto honrado e revolucionário de viver de corpo inteiro, rasgando velhos pactos e traições, defendendo a Constituição de Abril e impondo os direitos e a força do povo que somos e merecemos.

Modesto Navarro
Vogal da Direcção ACR

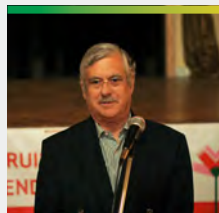
PAGUE A SUA QUOTA!



Associação Conquististas da Revolução

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA NIB 0035 2178 0002 9245 6304 6
ou DEPÓSITO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS 2178 0002 9245 630

O vosso contributo financeiro é indispensável para a actividade da Associação.



Manuel Begonha
Presidente da Direcção da ACR

É tempo de mudança mas com rutura

Recentemente os partidos que nos últimos 39 anos governaram o país, com os resultados que estão à vista, apresentaram projectos eleitorais que serão a base dos seus programas de governo.

Aqueles que admitem poder vir a existir uma política de alianças à esquerda, constataram que quer a coligação no poder, quer o PS, continuam a insistir na austeridade, na não renegociação da dívida pública, no não esclarecimento de como provocarão o crescimento da economia, na omissão quanto à tão necessária industrialização e propondo medidas insensatas como a redução da TSU, com resultados muito duvidosos no combate ao desemprego e que irá agravar as dificuldades da Segurança Social.

Não existe, portanto, vontade de resistir ao liberalismo da União Europeia e de fazer uma rutura com as orientações e princípios ideológicos que têm vindo a ser seguidos.

Os modelos económicos propostos acabam por degradar o pensamento democrático. A sujeição do poder económico ao poder político, nunca é esclarecida porque esta discussão está barrada por uma muralha de mentiras.

Desta forma, não se poderá exigir àqueles que ao longo dos anos deram o seu melhor para defender as conquistas da Revolução, façam alianças com quem continua a defender o Tratado Orçamental e a política assimétrica europeia.

Neste período pré-eleitoral é necessário saber expor as fraquezas deste Governo, combatendo por forma a alterar a convicção de alguma opinião pública que, apesar das evidências, é vulnerável ao preconceito e à mistificação que lhe é permanentemente inculcada pela propaganda veiculada pela maioria dos órgãos de comunicação social falados e escritos.

Será então determinante que os patriotas e democratas que defendem a rutura se preparem para os vários cantos de sereias que irão ser lançados, com o argumento de que com a sua transferência de voto poderá ajudar a apeiar este Governo.

Mas os novos cavaleiros nada de novo poderão trazer, uma vez que, postos perante a encruzilhada, voltam inevitavelmente pelo caminho da direita, de regresso à mesma casa europeia.

De novo uma “Europa alemã” 70 anos depois da derrota do nazi-fascismo?

A aprovação do Ato Único Europeu (que criou, em 1986, o mercado interno único) e do Tratado de Maastricht (que criou, em 1992, a União Europeia e a União Económica e Monetária), a ‘Europa’ cedeu definitivamente ao neoliberalismo fundamentalista ‘codificado’ no chamado Consenso de Washington, instrumento da ditadura do grande capital financeiro. A obra teve seguimento em 2012, com o Tratado Orçamental, aprovado, mais uma vez, “à porta fechada”, com a cumplicidade ativa da “esquerda choringas”, a ‘esquerda’ que “nunca quer questionar nada” (arriscando-se a nunca compreender nada), a ‘esquerda’ que lamenta, com uma lágrima ao canto do olho, o desemprego, a precariedade, as desigualdades e a exclusão social, mas que se recusa a identificar as suas causas estruturais, para não ter de as combater, levando tudo à conta da globalização incontornável, para a qual não há alternativa.

Como tudo o que de relevante vem acontecendo na UE desde Maastricht, o Tratado Orçamental é “um modelo político de marca alemã”, um produto imposto não por uma “Alemanha cooperante”, mas pela Grande Alemanha, liberta da “cons-

ciência de uma herança histórico-moral comprometedora” que, após a derrota militar, política e ética da Alemanha nazi, ditou uma atitude de “moderação diplomática e disponibilidade para adotar também as perspetivas dos outros”, mas por uma Alemanha ciosa de afirmar “uma clara pretensão de liderança” numa “Europa marcada pelos alemães.”

Mais uma vez por portas travessas, este Tratado visa, fundamentalmente, ‘constitucionalizar’ e eternizar o neoliberalismo e as políticas de austeridade.

Agravando o adquirido anterior, ele perfila-se, para os povos do sul da Europa, como um verdadeiro pacto colonial.

Em 1953, falando em Hamburgo para estudantes universitários, Thomas Mann exortava-os a construir uma Alemanha europeia e a rejeitar a ideia de uma Europa alemã, exortação recordada, recorrentemente, logo após a ‘reunificação’ da Alemanha. Hoje, não faltam razões para temer que aquele apelo se tenha esfumado. Em nov/2011, o secretário-geral do partido da Sr^a Merkel proclamou, no Congresso do seu partido: “Agora na Europa fala-se alemão”. Em julho/2012, foi a vez de um

homem tão comedido e tão conhecedor das 'regras do jogo' como Jean-Claude Juncker (atual Presidente da Comissão Europeia) declarar, numa entrevista (30.7.2012), que "a Alemanha trata a zona euro como se fosse uma sua filial". Com efeito, a Alemanha, cada vez mais alemã, vem-se assumindo, cada vez mais, como a 'dona' da 'Europa'.

E "a Europa alemã – escreve Ulrich Beck – viola as condições fundamentais de uma sociedade europeia na qual valha a pena viver".

O novo poder da Alemanha, nesta Europa à deriva, que parece perdida na história, está, com razão, a assustar muita gente.

Cito Joschka Fischer, que escreve: "A Alemanha destruiu-se – a si e à ordem europeia – duas vezes no século XX. (...) Seria ao mesmo tempo trágico e irónico que uma Alemanha restaurada (...) trouxesse a ruína da ordem europeia pela terceira vez". Acredito que, tal como as pessoas, os povos têm de assumir a sua história por inteiro, com as suas grandezas e as suas misérias. Por isso entendo que a Alemanha, sem ter de esquecer as suas grandezas, não pode esquecer as suas misérias. A Alemanha poderá, finalmente, tornar-se a potência hegemónica da Europa, ambição que parece não abandonar os dirigentes alemães. Esta Europa poderá até falar alemão, poderá até aproximar-se do "quarto Reich" de que falam alguns. Mas

não é uma Europa de paz esta Europa de servos, em que alguns dos estados mais fortes e a própria UE impõem aos estados mais débeis políticas de austeridade que atentam contra a dignidade dos povos (Jean-Claude Juncker dixit), cometendo, por isso, verdadeiros crimes contra a humanidade.

A História não se reescreve, mas também não se apaga. Não tenho tanta certeza de que não se repita.

António Avelãs Nunes

Presidente da Assembleia Geral da ACR





PRÓXIMAS INICIATIVAS:



| **11 JUNHO 2015 - 11h00 LISBOA**
Cemitério do Alto de S. João.

COMPANHEIRO VASCO

No dia 11 de Junho, às 11 horas, no Cemitério do Alto de S. João, estaremos na romagem do 10º aniversário do falecimento do General Vasco Gonçalves, o 1º Ministro do 25 de Abril e do povo, da Revolução e das Conquistas que hoje continuamos a defender e a projectar no futuro de Portugal.

Este é um acto em que todos participaremos, honrando o Companheiro Vasco, a sua generosidade e transparência, a sua memória e exemplo inolvidáveis e decisivos para a democracia e os caminhos do socialismo que iniciámos e que é necessário voltar a desbravar.

| **19 JUNHO 2015 - 21h00 BARREIRO**
Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense “Os Penicheiros”

Sessão Pública “Nacionalizações na Revolução de 25 de Abril - 40º Aniversário da Nacionalização da CUF”.

| **21 JUNHO 2015 - 11h00 PEROGUARDA**
Cemitério de Peroguarda

Evocação de Michel Giacometti, seguida de almoço-convívio na Casa do Povo de Peroguarda. Actuação de Corais Alentejanos.

ACTIVIDADES RECENTES:

| **23 ABRIL 2015 - 19h30 Casa do Alentejo**
JANTAR COMEMORATIVO do 25 de Abril



www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

Sugere-se a visita ao blogue da ACR onde são publicados todos os comunicados e noticiadas as iniciativas da Associação.





Dia Mundial da Criança

No dia 1 de Junho comemoramos o Dia da Criança. Embora a ONU considere oficialmente como Dia da Criança a data de 29 de Novembro, dia em que em 1959 foi aprovada a Declaração dos Direitos das Crianças, em Portugal, como na grande maioria dos países optou-se pelo 1º dia de Junho para esta comemoração, dado que foi em 1 de Junho de 1950 que a Federação Democrática Internacional das Mulheres propôs às Nações Unidas que se criasse um dia dedicado às crianças de todo o mundo.

Ao contrário do que acontece na grande maioria dos países o Dia Mundial da Criança não pode ser só um dia de festas e presentes mas tem de ser também um dia de luta pelo cumprimento dos princípios estabelecidos na Declaração dos Direitos das Crianças que mais tarde, em 20 de Novembro de 1989 foi ratificada pela esmagadora maioria dos países da ONU (à excepção dos E.U.A e Somália) passando de Declaração a Convenção, deixando por isso de ser uma declaração de princípios gerais ou de boas intenções mas a representar um vínculo jurídico para os Estados que a ratificaram e que devem adequar as normas de direito interno às da Convenção para a promoção eficaz

dos direitos e liberdades das crianças nela consagrados.

Com a criação deste dia os estados-membros da ONU reconhecem às crianças, independentemente da raça, cor, sexo, religião e origem nacional ou social o direito a: afecto, amor e compreensão, alimentação adequada, cuidados médicos, educação gratuita, protecção contra todas as formas de exploração, crescer num clima de Paz e Fraternidade universais.

No entanto e apesar disto, a situação de milhões de crianças em todo mundo permanece crítica como resultado de condições sociais inadequadas, calamidades naturais, conflitos armados, exploração, analfabetismo, fome e deficiência.

Em Portugal as crianças são o grupo etário mais vulnerável à pobreza. A situação tem-se agravado com a adopção das políticas de direita aplicadas pelos sucessivos governos e que têm impacto directo no bem-estar das crianças ao nível da alimentação, saúde e educação.

Também pelas nossas crianças é urgente mudar de política. Só numa sociedade justa sem exploração e opressão que respeite a dignidade de todos, as nossas crianças poderão ser felizes.

Direito do Trabalho – um direito dirigido à proteção do trabalhador

O direito do trabalho é um ramo do direito especialmente destinado a regular a relação de compra e venda da força de trabalho visando o equilíbrio dessa relação potencialmente desequilibrada a favor da entidade patronal, mediante a proteção da parte fraca que é o trabalhador. Sem esta característica de proteção, o direito do trabalho deixa de fazer sentido e é absorvido rapidamente pelo direito civil. É um direito novo (a primeira lei do trabalho em Portugal é de 1891) cuja história, criação e desenvolvimento, se confundem com a luta dos trabalhadores. Enquanto ramo de direito, com autonomia, resulta da sistematização e organização, com coerência interna, das normas conquistadas através da contratação coletiva. Esta é uma realidade de tal forma evidente que, ainda hoje, à medida que “subimos” para os países mais a norte da Europa, a lei vai-se tornando cada vez menos relevante, em matéria normativa do trabalho, para ser substituída por contratação coletiva.

A proteção do trabalhador na relação de trabalho é obtida mediante a criação de direitos mínimos a que o próprio trabalhador não pode renunciar, não sendo invocável o princípio da autonomia das

partes, que enforma o direito civil. Ou seja, no direito do trabalho o trabalhador não é “livre” de “aceitar” um salário mais baixo, ou condições de trabalho mais desfavoráveis que as que estão fixadas na lei ou na contratação coletiva, porque, em boa verdade, não é razoável que ele queira essas condições piores; e se as aceitar é porque se sente ou é constrangido a fazê-lo dada a sua posição de fragilidade na relação contratual laboral. A nossa Constituição conferiu dignidade aos “direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores” criando um capítulo que inclui, nomeadamente: a proibição do despedimento sem justa causa (art.º 53.º da CRP); A proteção do salário (art.º 56.º); o direito ao repouso e aos lazeres, aí se incluindo os direitos de férias e a um horário de trabalho; o direito à igualdade salarial para iguais condições de prestação de trabalho (art.º 59.º); o direito a um salário mínimo, de entre outros direitos individuais, que integram o contrato de trabalho não escrito.

Os direitos colectivos, que são fundamentais para a realização dos demais, como sejam os que decorrem do princípio da liberdade sindical (art.º 55.º); o direito a ser sindicalizado



e o de organização e exercício da atividade sindical na empresa; o direito de greve e a proibição do lock-out (greve dos patrões) – art.º 57.º; e o direito de contratação coletiva (art.º 56.º), de entre outros.

Com o 25 de Abril e as conquistas democráticas, os trabalhadores ganharam terreno na luta por melhores condições de vida e de trabalho e obtiveram importantíssimos direitos individuais e colectivos, que ainda perduram, apesar dos fortes ataques de que têm sido alvo pelos governos de(a) direita que não desiste de os anular ou mesmo eliminar.

Na verdade, estas conquistas foram sempre combatidas pela direita que não só nunca as aceitou, como nunca perdeu a expectativa de as destruir. Logo em 1976, o Decreto Lei 781/76 (a conhecida lei dos contratos a prazo, de Mário Soares) trazia o cunho da precariedade, em nome da chamada flexibilização e da criação de emprego;

depois, em 1989, a lei dos despedimentos e dos contratos a prazo de Cavaco Silva; ou nos anos 90 do século passado com o governo do PS, as alterações e/ou tentativas de alterações operadas seguiram no mesmo sentido, precarizando vínculos e facilitando os despedimentos; mais tarde, o código do trabalho de 2003 no governo do PSD, o Código de 2009 do PS e, mais recentemente, as modificações operadas pelo governo PSD/CDS-PP, dão bem ideia da dimensão e da continuidade da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e dos riscos que o direito do trabalho está a correr. Ainda assim, o direito do trabalho resiste, porque a luta dos trabalhadores que lhe está no origem tem revelado capacidade para o defender...

Joaquim Dionísio
Dirigente da CGTP-IN





Ucrânia

O processo que começou com um golpe de Estado violento, apoiado pelos EUA e pela EU, em vergonhosa aliança com os neonazis, contra o presidente eleito da Ucrânia, passa por uma autêntica declaração de guerra à Rússia em Dezembro de 2014, pelo Congresso dos Estados Unidos, Resolução 758, e, passa agora, por uma maciça campanha de propaganda pelos EUA e EU sobre a “pressão russa”, “expansionismo russo” e a “ameaça russa contra a segurança do Ocidente” e pela diabolização de Putin.

Já vimos este “FILME” várias vezes, esta mesma tática em que os media (instrumentos que são nas mãos dos belicistas e dos senhores do dinheiro) preparam as condições psicológicas para a guerra acontecer. Já presenciámos as consequências trágicas, mesmo catastróficas, das guerras de agressão a que deram lugar: na Jugoslávia, no Afeganistão, no Iraque, na Líbia e na Síria.

Em recente visita a Portugal do Secretário-geral da NATO, o norueguês Jens Stoltenberg, afirmou: “Enfrentamos uma situação difícil, a Rússia a usar a força militar, como o fez na Ucrânia, o que requer uma firme e forte resposta da NATO.

A presença militar da Rússia está a ser reforçada, pelo que temos o direito de aumentar a nossa presença.” prosseguiu “A razão de aumentarmos a presença da NATO no Leste, na Roménia, Polónia, Bulgária e Lituânia é cumprir a nossa responsabilidade de defender os nossos aliados.” A sua passagem pelo nosso país tem a ver com a preparação do exercício militar previsto para Outubro, exercício que tem como finalidade testar a capacidade operacional da Força de Intervenção rápida, criada em Setembro passado na cimeira de Cardiff, mobilizável em 48 horas. O exercício decorrerá em Portugal e Espanha, envolverá 20.000 homens, sendo o maior exercício realizado no pós-guerra fria.

O aprofundar da separação e do conflito entre a Rússia e a UE serve esta estratégia norte-americana, o que é bem visível na Resolução do Congresso, já referida, e é por demais evidente o “engajamento” dos Governantes europeus nesta aventura (perigosa aventura!), embora se vislumbre também algum comedimento, justificado pela desastrosa experiência das duas guerras mundiais no território europeu, no século passado.

Comedimento que não parece ter eco no nosso país que, ao que lemos na imprensa no próprio dia da visita do Secretário geral da NATO, enviou um navio de comando e 4 F-16 para o leste europeu e estará em breve no terreno na Lituânia, com uma força terrestre de 300 homens, integrados na estratégia agressiva da NATO, em completo desrespeito pela Constituição da República Portuguesa.

A questão que se coloca, hoje, na sequência do trágico balanço dos últimos 26 anos, pós-guerra fria, com dezenas de guerras, ditas de baixa intensidade umas, cirúrgicas outras, limpas ainda outras, mas em todas morrendo imensa gente, é a de sabermos para onde estamos a caminhar.

Uma 2ª edição da Guerra Fria?

A Federação Russa é uma potência nuclear, com um potencial de destruição equivalente ao dos EUA. Ambos os lados sabem que hipóteses têm de sobreviver a um confronto total. Nenhumas!

O alargamento da NATO e a prevista instalação do famigerado «escudo anti-missil» que, a ser concretizado, representaria um desequilíbrio radical das forças nucleares,

ao conceder aos EUA a capacidade de empreender um primeiro ataque ficando a salvo da previsível represália, inscrevem-se numa estratégia global americana de domínio total do planeta.

Esta ameaça é real e, na cartilha belicista, só admite dois cenários possíveis: a capitulação dos adversários, o que não parece credível, e conseqüente domínio total, ou a divisão do Mundo novamente através duma nova “guerra fria”, com a conseqüente corrida aos armamentos.

Uma certeza temos: a de que, ou conseguimos mobilizar todos os homens e mulheres do Mundo de boa vontade para a luta pacífica contra esta insanidade belicista, ou, estamos condenados a viver num Mundo cada vez mais à beira da sua própria destruição... à mercê dum qualquer acto de loucura, ou mesmo dum simples erro de cálculo ou falsa manobra.

José Baptista Alves

Vice-Presidente da Direcção da ACR

Virgínia Moura

Uma Mulher de Abril



“Uma força da natureza” **Teixeira de Pascoaes**

“Uma das corajosas mulheres de Portugal que muito tem sofrido por amor ao povo” **Ferreira de Castro**

Virgínia Moura nasceu em S. Martinho do Conde, Guimarães, a 19 de Julho de 1915. Com 15 anos de idade participou numa greve estudantil, na Póvoa de Varzim, em protesto contra o assassinato, pela polícia, de um jovem estudante chamado Branco. Com 18 anos ligou-se ao Partido Comunista Português, ao integrar o Socorro Vermelho onde conhece António Lobão Vital, estudante de Arquitetura com o qual viveu durante 42 anos, até à morte deste. Virgínia Moura foi a primeira mulher a estudar Engenharia Civil em Portugal (1943), estudou também Matemática e Letras. Colaborou, sob o pseudónimo de Maria Salema, em diversas publicações: “O Diabo”, de Lisboa; “O Pensamento”, do Porto; “O Trabalho”, de Viseu; e dinamizou a criação da Revista “Sol Nascente”. Organizou diversas conferências. Destacou-se a sua participação e empenho no comício de apoio à candidatura de Norton de Matos à presidência da República, na Fonte da Moura, em 1949; foi julgada por “traição à Pátria”, em 1951, por ter assinado uma declaração que exigia a Salazar negociações com o governo indiano relativamente a Goa, Damão e Diu; participou na campanha da candidatura de Humberto Delgado; nos congressos da oposição democrática de Aveiro; foi presa dezasseis vezes pela PIDE (a primeira das quais em 1949), nove vezes processada, três vezes condenada e foi repetidamente agredida pela polícia em atos públicos.

No dia 26 de Abril de 1974, Virgínia Moura entrou na Delegação da PIDE, no Porto, para saudar a libertação do último preso político que ali se encontrava detido, subindo livre as escadas do edifício onde tantas vezes entrara privada dela.

Virgínia Moura lutou pela dignificação da Mulher, integrando o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, a Associação Feminina Portuguesa para a Paz e o Movimento Democrático de Mulheres, de cujo Conselho Nacional foi membro permanente. Virgínia Moura foi agraciada com a Ordem da Liberdade, com a Medalha de Honra da Câmara Municipal do Porto, e com a Medalha de Honra do Movimento Democrático de Mulheres. No Porto, junto ao edifício onde esteve instalada a delegação da PIDE, a Câmara Municipal do Porto colocou um busto de Virgínia Moura, após petição pública. Virgínia Moura morreu no dia 19 de Abril de 1998, no Porto.

Nuno Lopes

Vogal da Direcção ACR



Associação Conquistas da Revolução

DEPÓSITO LEGAL 360191/13

Edição: Associação Conquistas da Revolução
Coordenação: Modesto Navarro Design: Ana Neves

E-mail: conquistasdarevolucao@gmail.com
www.conquistasdarevolucao.blogspot.com